

A tese do Capitalismo Colonial na América Latina: uma leitura a partir de Sergio Bagú e Caio Prado Júnior.

Marcos Vinícius Pansardi.

mvcp@hotmai.com

Instituto Federal do Paraná- Paranaguá.

Brasil

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é comparar a obra de Sergio Bagú e Caio Prado Jr. para compreender os argumentos que moldaram a tese do capitalismo colonial. Os autores, sem dialogarem entre si, chegaram à mesma conclusão: uma teoria sistêmica do capitalismo.

ABSTRACT:

The objective of this work is to compare the work of Sergio Bagú and Caio Prado Jr. to understand the arguments that shaped the thesis of colonial capitalism. The authors, without talking among themselves, came to the same conclusion: a systemic theory of capitalism.

PALAVRAS-CHAVE:

Capitalismo colonial-Marxismo-América Latina.

KEY WORDS:

Colonial Capitalism-Marxism-Latin America.

INTRODUÇÃO.

Este texto retoma a uma velha tese: a ideia que a conquista da América Latina e seu processo de colonização já nasceram sob o domínio do capitalismo, ou seja, a América Latina já nasceu capitalista.

Esta tese se tornou dominante nos meios acadêmicos e/ou de esquerda a partir dos anos 60 superando as primeiras interpretações que interpretavam o processo de colonização como essencialmente feudal.

A tese do capitalismo colonial na América Latina tem como pais fundadores dois historiadores: o argentino Sergio Bagú e o brasileiro Caio Prado Júnior.

O objetivo deste trabalho é comparar a obra destes autores para compreender os argumentos que sustentaram a construção desta tese e, portanto, analisar os pontos de contato e atrito entre os autores ao longo deste processo.

É importante alertar ao leitor que este texto é uma primeira aproximação sobre o tema, também é o início do estudo da obra dos autores, do debate que seus textos suscitaram, dos debates em que eles se inseriram e a posterior evolução do conceito na América Latina, que serão objeto de estudos posteriores.

DESENVOLVIMENTO.

Nacionalizar e latino-americanizar o marxismo.

O que aproxima as biografias de Sergio Bagú e Caio Prado Júnior é que, além de pensadores de esquerda e marxistas, eles foram homens que nadaram contra a corrente, produziram seus textos em rota de colisão com as linhas oficiais das esquerdas latino-americanas.

Bagú e Prado Júnior foram autores de obras que, apesar de poderem ser classificadas na área da história econômica, foram muito além desta perspectiva, transitando por uma área muito mais ampla que esta perspectiva supõe. (GILETTA, 2011, 07; REIS, 1999).

A filiação intelectual de Prado Júnior ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) e sua admiração pela Revolução Russa, apresenta-se também nas suas leituras, pois suas referências teóricas, nos anos 30, eram essencialmente de autores soviéticos: Plekhanov, Bukharin, Lapidus, Ostrovitianov e, principalmente, Lênin. Tendo lido Marx e Engels através de edições francesas, incluindo aí a leitura d' *O Capital* (SECCO, 2008, 13/4).

Bagú, ao contrário, desenvolve já nos seus anos de formação intelectual uma forte ligação com autores da esquerda da latino-americana: Juan B. Justo, José Ingenieros, Aníbal Ponce, José Carlos Mariátegui, José Martí, mostrando precocemente sua vocação para latino-americanizar o marxismo (BAGÚ, C., 2005, 243).

Ao longo da história intelectual do marxismo na América Latina procurou-se adequar-se à interpretação de nossas sociedades ao método criado por Marx. Acreditava-se que o método mesmo tendo sido criado com referência a história europeia, poderia ser universalizado, ou melhor, que os padrões europeus eram a chave

para estudar a história mundial, afinal a evolução do capitalismo da Europa deveria reproduzir-se, com atraso, nas sociedades periféricas.

Os documentos da Internacional Comunista, e os manuais produzidos e reproduzidos nas décadas seguintes não deixavam dúvida, os “países coloniais, semicoloniais e dependentes” confirmariam o caminho unilinear da evolução histórica mundial.

Bagú e Prado Júnior, de diferentes perspectivas, procurarão romper com esta lógica, vão confrontar o método marxista a uma dura lógica: a realidade latino-americana não se enquadrava nos esquemas previamente definidos. Confrontados com esta realidade, propõe reinterpretar o método. Enfrentar estas teses não era apenas uma questão teórica e sim política, significava enfrentar a estratégia que visava construir o caminho até o socialismo, que consistia em acelerar o processo de derrubada do feudalismo e de suas classes dominantes feudais, significava então apoiar as classes que construiriam o capitalismo nacional: as burguesias locais.

Assim, fica claro que Bagú e Prado Júnior são homens da mesma época e seus textos são fruto de uma mesma conjuntura econômica e política. Escreveram seus textos seminais em pleno auge do populismo latino-americano.

Para os defensores da obra de Prado Júnior, como Secco (2008) e Ricupero (1998), este foi o responsável pela “nacionalização” do marxismo, teria sido o primeiro autor marxista a realmente compreender o que seria o marxismo enquanto método, o primeiro autor a fazer uma análise materialista histórica do Brasil.

Se Prado Júnior “nacionalizou” o marxismo, poderíamos afirmar que Bagú, ao usar o materialismo histórico da maneira crítica e criativa, ou seja, dentro da mesma lógica de Prado Júnior, “latino-americanizou” o marxismo, sendo também o primeiro autor a construir uma interpretação marxista da América Latina em seu conjunto, pois compreendeu que as várias histórias nacionais têm um eixo condutor comum, são histórias de uma mesma América: a América Latina¹.

Seguindo uma rota nacional ou uma rota latino-americana, ambos os autores chegaram a mesma conclusão, compreenderam que nosso continente construiu uma via original até o capitalismo em que hoje vivemos, uma “via não clássica”.

Não há dúvida que a referência metodológica essencial dos dois autores é o marxismo, contudo, uma questão aparentemente paradoxal deve ser salientada. No

¹ Em uma entrevista a Luís Gomez (2006), Bagú afirma que desconhecia que algum autor anterior a ele tivesse feito esta interpretação.

período que escreveram suas principais obras, as referências a Marx ou ao marxismo praticamente não aparecem.

Bagú não cita Marx em suas obras clássicas, aliás, este autor sequer aparece em suas referências bibliográficas. Nem Lênin, Trotsky, nem Rosa de Luxemburgo ou qualquer outro autor clássico do marxismo aparece em suas referências. É verdade, por outro lado, que em suas obras estão referenciados vários autores marxistas latino-americanos, como Mariátegui, Puigros, Eric Williams, Teitelboim, Werneck Sodré e Florestan Fernandes. Tudo indica que neste período o marxismo de Bagú era essencialmente uma leitura de segunda mão via autores latino-americanos. Em entrevistas posteriores, Bagú reconheceu que leu Marx apenas posteriormente, tendo lido *O Capital* (em inglês) por volta do início dos anos 50 (BAGÚ, C., 2005, 243) Ao escrever, em 1972, *Marx-Engels: Diez conceptos fundamentales. Genesis y proyección histórica*, Bagú procurou acertar contas com sua própria formação anterior, concluindo com este texto um longo período de estudos sobre a obra de Marx e de Engels.

A relação de Caio Prado Júnior com o marxismo parece mais efêmera ainda. Assim como Bagú, não se encontra em suas primeiras três obras aqui abordadas nenhuma referência as obras de Marx e Engels ou de outros pensadores marxistas clássicos (apesar da já referida leitura dos marxistas russos). Esta aparente fragilidade teórica já foi observada por vários estudiosos da obra de Prado Júnior. Carlos Néilson Coutinho talvez seja o mais incisivo defensor da ignorância de Prado Júnior em relação ao marxismo (COUTINHO, 1989). Mesmo autores que defendem fortemente a importância das análises marxistas de Prado Júnior reconhecem o seu limitado conhecimento da obra de Marx e Engels (por exemplo, Ricupero (1998)

Seria possível que os dois autores tenham revolucionado a análise marxista sobre a América Latina com um conhecimento superficial sobre este método?

A gênese de um conceito: Sergio Bagú e a tese do “capitalismo colonial”.

Bagú inicia seu texto fundamental *Economia de la Sociedad Colonial* afirmando que a chave para a compreensão da estrutura da sociedade colonial se encontra nas suas economias metropolitanas, na América Latina, significa compreender a estrutura social e econômica de Espanha e Portugal. Por outro lado, Portugal e Espanha não podem ser desvinculadas das estruturas econômicas da Europa Ocidental (BAGÚ, 1949, 25).

Bagú inicia sua argumentação afirmando que tanto Espanha como Portugal nunca foram plenamente feudais, como o caso da França ou Inglaterra, muito precocemente aqueles países viram ascender poderosas burguesias comercial e financeira. Capitais alemães e italianos e, posteriormente autóctones, impregnaram as sociedades ibéricas com um perfil mercantil. Isso não significou a transformação completa destes países sob o signo do capitalismo, o domínio econômico ainda era do feudalismo rural (BAGÚ, 1949, 48).

Sua argumentação destaca o fato de que, a novidade trazida por estes dois países não foi no sentido econômico e sim político. Para ele, a novidade estava na constituição de monarquias nacionais unificadas e centralizadas, permitindo a formação de estruturas econômicas nacionais, pré-requisito fundamental para a expansão do capitalismo.

Las monarquías centralizadas que colonizan nuestro continente cumplen en la historia europea la tarea de poner fin a la anarquía feudal y hacer posible un tipo de economía concebida en términos nacionales, pero es éste un nuevo régimen que nace y vive fuertemente impregnado de formas feudales. Para el monarca absoluto, el país es su feudo. Su idea de justicia es la que predominaba en la Edad Media, ligeramente modificada ahora por las nuevas necesidades que impone una nueva realidad. No podemos extrañar, por lo tanto, que los monarcas ibéricos concibieran la conquista de América como gigantesca empresa feudal (...). (BAGÚ, 1949, 60)

A atipicidade ibérica não leva Bagú a concluir que a Europa Ocidental ainda vivia, no século XVI, em um mundo feudal, para ele, como vimos esta região já estava neste momento sob o domínio do capitalismo comercial. É o domínio supranacional do capital comercial que determina o caráter capitalista da Europa ocidental, e não a estrutura das suas economias internas (BAGÚ, 1949, 64).

América Latina e seu capitalismo colonial foram tanto um produto da forma peculiar de organização social e econômica dos países ibéricos como da sua subjunção a expansão do capitalismo comercial europeu.

Posteriormente, Bagú voltaria a esta discussão para reafirmar, agora com o apoio dos textos marxianos, estas suas afirmações.

En este texto y otros muchos, Marx señala el siglo XVI em Europa central y occidental como punto de partida. Hay otras pasages ... donde se menciona la presencia de un proceso capitalista em siglo anteriores al XVI (BAGÚ, 1972, 70).

Portugal e Espanha estavam experimentando, no amanhecer do século XVI, sua forma específica de transição ao capitalismo. E é assim que começa o processo de colonização das Américas (BAGÚ, 1972, 75).

Defendendo uma tese que contrariaria a leitura marxiana, para nosso autor feudalismo e capitalismo não seriam termos excludentes, assim como conviveram no mundo ibérico, também se integrariam no novo mundo.

Na caracterização da estrutura econômica da colônia Bagú não deixa dúvidas, é capitalista.

La colonización se inicia cuando se operan en Europa transformaciones profundas en la economía y en la estructura social, cuando el prolongado ciclo feudal se encuentra en el ocaso y el capitalismo comercial inicia su carrera frenética. Lo que surge en la América española y portuguesa no es feudalismo, sino capitalismo colonial. Lejos de revivir el ciclo feudal, América ingresó con sorprendente celeridad dentro del ciclo del capitalismo comercial, inaugurado ya en Europa, al cual contribuyó a dar un vigor asombroso, haciendo con ello posible la iniciación del período del capitalismo industrial, siglos más tarde. (BAGÚ, 1952, 48).

A América Latina não é feudal, nasce capitalista, mas um capitalismo específico, não se reproduz a estrutura espanhola e portuguesa ou qualquer outra que estava se desenvolvendo na Europa. O capitalismo latino americano é original, é colonial. Cria-se no continente uma estrutura econômica e social totalmente nova, adaptada para atender os objetivos determinados pelo comercio mundial.

As características desta nova estrutura são uma mescla de instituições modernas e antigas. Podemos definir então o “capitalismo colonial” como uma soma de instituições feudais, capitalistas e escravistas, esta seria sua originalidade.

Para Bagú o elemento determinante que molda as estruturas econômicas e sociais do novo continente é o capitalismo comercial europeu. A expansão vigorosa deste a partir do fim do século XV vai moldar progressivamente a face do mundo, transformando as estruturas periféricas segundo a lógica do lucro e da acumulação de capital. A América vai ser inventada, vai ser o campo de experiência de uma nova forma produtiva e organizativa. O capitalismo comercial em rápida expansão não é um novo sistema de produção, mas um sistema mercantil. Nas Américas haveria a necessidade de criar algo que não existia na Europa: um sistema produtivo voltado para o mercado. Para isso faz-se ressurgir formas e relações de produção anacrônicas, mas perfeitamente adequadas ao interesse do capital mercantil dominante.

Há aqui uma concepção sistêmica do processo de expansão mercantil e colonial. A relação entre as partes (colônias) e o todo (sistema capitalista), ou centro e periferia tem que ser compreendida como uma unidade. As partes não podem ser compreendidas sem o todo e o todo não pode ser compreendido sem as partes. O sistema se estrutura para o lucro.

Mas na América não se desenvolve um apêndice do capitalismo comercial. Bagú nega terminantemente que o capitalismo colonial seja uma extensão do capitalismo comercial. São estruturas diferentes, embora complementares.

Não cabe aqui uma simples contraposição feudalismo x capitalismo, para Bagú o que surge na América Latina é capitalismo, mas um capitalismo *sui generis*, não reproduz as formas capitalistas em expansão na Europa e não reproduz as instituições feudais virtualmente desaparecidas deste mesmo continente. O capitalismo colonial foi uma grande obra de engenharia social e econômica, nela, como vimos misturam-se características feudais, capitalistas e escravistas, todas elas sincronizadas para atender um único objetivo: a acumulação de capital, como Marx a denominou, a “acumulação primitiva”.

Contudo, a base fundamental, a estrutura que permite todo este vasto mecanismo de acumulação capitalista funcionar foi a escravidão de indígenas e negros africanos. A escravidão é o motor que movimenta o capitalismo comercial, mas não é uma instituição feudal, é uma criação original, renasce nas Américas, não é a reprodução do escravismo antigo, pois esta articulada umbilicalmente à produção para o mercado mundial.

Bagú derruba a ideia de que o predomínio das relações de produção se dê através da servidão. Mesmo a introdução do pagamento por salário nada mais faz do que mascarar as relações escravistas. Segundo ele, no capitalismo colonial predomina uma “concepção de castas sobre uma realidade de classes” (BAGÚ, 1951, 83). Ou seja, um amálgama de concepções feudais com estruturas sociais capitalistas.

Temos aqui um problema teórico respeitável: o capitalismo colonial não se estrutura sobre classes sociais capitalistas: há escravos e não trabalhadores livres, há senhores com mentalidade feudal e não burgueses. Aliás, em nenhum momento Bagú se refere as classes dominantes da colônia como burguesas. Claudio Bagú denomina o capitalismo colonial como “não plenamente capitalista”, mas seria um “modo de produção orientado ao mercado” (BAGÚ, C., 2005, 241).

Márgara Millan, ao contrário, afirma que Bagú distingue conceptualmente entre o modo de produção capitalista, tratado como modelo histórico e o capitalismo, compreendido como um sistema totalizante que mundializa sua economia (MILLAN, 1994, 157)².

² Ideia já desenvolvida por Nahuel Moreno, em 1948: “No inauguraron un sistema de producción capitalista porque no había en América un ejército de trabajadores libres en el mercado”.

O capitalismo colonial se inseriria no processo de constituição de um capitalismo, global já em seu nascimento e em rápida expansão, sem que todas suas características estejam plenamente desenvolvidas.

Assim como a América Latina foi produto da expansão do capitalismo comercial mundial, este foi produto da colonização americana, para Bagú, este foi o episódio mais importante da chamada acumulação primitiva, foi a partir dela que efetivamente o sistema capitalista mundial inicia sua existência (mas não o modo capitalista de produção que seria gestado em algumas cidades do mediterrâneo por volta dos séculos XIV e XV)³.

Caio Prado Júnior e o capitalismo colonial: uma tese inexistente.

Evolução Política do Brasil, escrito em 1933, era um livro que Prado Jr. pensou como uma síntese da história brasileira, não um livro profundo e erudito e sim “um simples ensaio” que pudesse revelar, no entanto, as grandes tendências que direcionaram esta história. Seu público alvo não era a academia e sim o público em geral, o que explicaria também este caráter do livro.

Mas o livro estava longe de ser desprezioso. Com ele Prado Jr. buscava atingir dois objetivos claros: o primeiro era abrir um novo caminho para a compreensão da história do Brasil, pois para ele a história oficial nada mais era do que a glorificação dos grandes personagens, que via de regra são aqueles que justificam os interesses da classe dominante. Para o autor a historiografia brasileira se restringiu as análises de superfície, foram incapazes de compreender e valorizar as classes populares, entender o papel da luta de classes em nossa história. O segundo objetivo seria abordar nossa história através de um “método relativamente novo, a interpretação materialista” (PRADO JR, 1933, 07).

Portanto, o próprio autor ao afirmar que o uso do método materialista seria uma novidade em nossas terras se coloca como um desbravador, contudo, já havia uma leitura materialista hegemônica: aquela que interpretava o Brasil como nascido de um processo de expansão da sociedade feudal europeia. É essa a interpretação a ser enfrentada.

³ Veja o argumento desenvolvido em Bagú (1972, 81).

Para Prado Jr. a colonização do Brasil é feita por um pequeno reino já dominado por uma burguesia comercial “sedenta de lucros” (PRADO JR, 1933, 11), sem o dizer claramente, isso nos leva a concluir que, Portugal já era um país capitalista no momento da descoberta das terras americanas.

A colônia que surge experimenta um efêmero processo de feudalização (as capitânicas), que, porém, não vingou. Ao fazer a caracterização geral da colônia, Prado Jr. deixa claro que este surto inicial não deixou traços na sociedade brasileira, pois, “podemos falar de um feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo, que não existe, entre nossa economia e a da Europa medieval” (PRADO JR, 1933, 17),

Os argumentos de Prado Jr. para defender sua tese se centravam no caráter da propriedade fundiária que predominou na colônia. Existia aqui já uma concepção de propriedade da terra que não era feudal, não cabia, portanto, nenhuma relação de vassalagem. Por outro lado, não se constitui em nossas terras, relações de dependência entre os proprietários e os trabalhadores das terras, aqui o colonizador não encontrou uma estrutura social já desenvolvida em que estes laços se desenvolvessem (PRADO JR, 1933, 17).

Prado Jr. enfatiza que a economia que se constrói sobre bases escravistas, esta base para ele não constitui novidade já que largamente utilizada na metrópole.

Deve-se acrescentar nesta análise a questão da estrutura de classes da colônia. Para ele esta “(...) reduz-se em duas classes: de um lado os proprietários rurais, senhores de engenho e da fazenda, e de outro, os trabalhadores do campo escravos e semilivres” (PRADO JR, 1933, 28). Não temos uma burguesia, nem trabalhadores livres, nem servos, ou senhores feudais.

Não temos nenhuma indicação de que sociedade é essa, sabemos que não é feudal, nada mais podemos extrair do texto de Prado Jr.

Se os dois primeiros séculos da colônia não são feudais, Prado Jr. assinala que a partir do século XVIII temos transformações radicais na estrutura social e econômica, surge uma poderosa burguesia de negociantes. Seria uma nova classe dominante ? (PRADO JR, 1933, 38)

A conclusão do livro se faz com a análise da sociedade imperial, período onde pela primeira vez aparece a caracterização de nossa sociedade como capitalista. Assim conclui Prado Jr.:

A evolução progressista do Império corresponde, assim, no terreno econômico, à integração sucessiva numa forma produtiva superior: o capitalismo. As instituições primitivas como a escravidão são varridas pelas novas forças produtivas que se vão formando e se desenvolvendo no correr do século XIX. (PRADO JR, 1933, 99)

Em uma carta escrita ainda em 1933 respondendo as críticas de Lívio Xavier⁴, Prado Jr., avança nos seus argumentos falando da colonização como evento relacionado à acumulação primitiva do capitalismo. Mas o ponto central deste debate é a argumentação de Xavier que, baseando-se nos escritos de Trotsky, sobre o desenvolvimento dependente e associado dos países periféricos, observa que o capitalismo para se desenvolver utilizou de formas pretéritas (feudalismo) nas colônias. Ou seja, mesmo sendo o sistema mundial já capitalista, não significa que suas colônias também o sejam.

Nove anos após ter escrito *Evolução Política do Brasil*, Prado Jr., escreveria *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e logo em seguida (1945) *História Econômica do Brasil*, nestas duas obras nosso autor vai colocar no plano central da análise sobre o processo de colonização o papel do comércio internacional. Se no seu livro anterior, Prado Jr. concentrou sua análise sobre a estrutura da colônia tentando compreender sua estrutura interna, nestes dois textos ele busca compreender o papel do projeto colonizador inserido no vasto processo de constituição do capitalismo comercial europeu:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, (...) É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (PRADO JR, 1945, 22)

Nestes dois livros, Prado Jr. aponta as diferenças da colonização brasileira em relação àquela estabelecida nas terras do norte da América. Ao contrário desta, a colônia portuguesa estava voltada exclusivamente para atender os interesses da metrópole, demonstrando, então, o caráter puramente mercantil desta colonização.

⁴Trotskista, militante do PCB, que em 1930 escrevia com Mário Pedrosa o texto *Esboço de uma Análise da Situação Econômica e Social do Brasil* (MORAES, 1998, 236), que já analisava a formação social brasileira a partir das categorias do feudalismo.

O objetivo central destes livros, e dos seus trabalhos posteriores, é denunciar o caráter exógeno da nossa economia, a incapacidade de superar seu “caráter colonial”, de constituir uma economia nacional, voltada para um projeto interno de desenvolvimento.

Não há nenhuma tentativa de ligar a colonização ao processo de acumulação primitiva do capitalismo, tudo passa como se a colonização fosse o desenvolvimento lógico de “um capítulo da história do comércio europeu” (PRADO JR, 1942, 22). Não há nenhuma discussão sobre a transição capitalismo-feudalismo, nem o autor busca novos argumentos sobre a não existência de características feudais na colônia.

Nestes dois textos, novamente não encontramos nenhuma citação ou referencia a Marx e Engels, aos seus conceitos ou suas obras. Não se usa os termos “capitalismo” e “feudalismo” em nenhum trecho destas obras. Nenhum autor marxista é citado.

É importante destacar que em 1936, Roberto Simonsen, destacado industrial brasileiro, liberal, e como Prado jr. de abastada família paulista, viria a escrever um livro intitulado *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, onde deixava claro que a colonização brasileira teve um caráter nitidamente capitalista, que o Brasil nunca foi feudal e sim capitalista desde a nascença (SIMONSEN, 1936, 80-3). Livro este, aliás, citado por Bagú. Prado Jr, não cita Simonsen e este também não o cita.

Prado Jr., portanto, não avança na definição do caráter do sistema econômico da colônia. Contudo, em ambos os livros ele insiste em um argumento: a importância da escravidão como estrutura central da colônia, afirma que “na categoria econômica o elemento que a definirá e na base da qual se formarão suas relações é o trabalho” (PRADO JR, 1942, 346). Mas esta percepção não o leva a avançar no papel das relações de produção na caracterização da estrutura socio-econômica da colônia.

A partir de suas análises sobre os períodos mais recentes de nossa história, particularmente a partir da independência, Prado Jr., pela primeira vez aborda as relações entre escravidão e o sistema capitalista. Afirma a incompatibilidade entre capitalismo (industrial) e escravidão (PRADO JR, 1945, 180), o que não significa que no período do predomínio do capitalismo comercial estas relações não fossem incompatíveis, porém, esta afirmação não se encontra em Prado Jr.

O autor aponta que a partir da segunda metade do século XIX, as mais profundas transformações de nossa história viriam a acontecer, pois “um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos” (PRADO JR, 1945, 198). E antes, não

existiria o capitalismo no Brasil? Ou ele se refere ao capitalismo industrial? Ou teríamos uma sociedade escravagista, e não feudal ou capitalista, apesar de estarmos sob o signo global do capitalismo comercial?

O livro *A Revolução Brasileira* foi editado em 1966, nestes 21 anos que separam este texto das últimas obras analisadas acima Prado Jr produziu várias obras, principalmente no campo da teoria econômica e da filosofia (principalmente no campo da lógica dialética e a teoria do conhecimento), em que aprofundou seu conhecimento do marxismo e procurou enfrentar suas próprias lacunas teóricas. Este caminho resulta evidente na leitura desta obra. Aqui as referências a Marx e Engels são explícitas e abundantes. Prado Jr. recorre frequentemente a argumentos de Marx e Engels para sustentar suas teses.

O objetivo desta obra é claramente político: enfrentar as teses do PCB sobre a chamada “revolução democrático-burguesa” em que se propunha uma aliança entre os trabalhadores e setores da burguesia que se acreditava serem nacionalistas.

A questão dos traços feudais que compoariam a estrutura socio-econômica brasileira faz Prado Jr. retomar o argumento da não existência do feudalismo no Brasil, portanto, da não existência dos chamados “traços feudais”. Seu argumento agora se centra na própria obra de Marx e Engels, pois, segundo nosso autor, estes nunca afirmaram que a evolução histórica da humanidade deveria ser feita através de etapas pré-determinadas e invariantes. Suas análises e afirmações sobre a evolução histórica, ou a sucessão dos modos de produção não deveriam ser estendidos para além do continente europeu.

Neste texto, como, aliás, em nenhum dos anteriores, Prado Jr. discute a questão dos modos de produção que se constituíram na América Latina. Em realidade, o autor nunca usou este conceito. Não é um conceito que estrutura seus estudos sobre a caracterização do sistema socio-econômico da colônia. Contudo, aqui vemos um avanço teórico: Prado Jr. nunca usou o conceito ou a palavra capitalismo para designar o sistema colonial, porém agora ele vai usar o conceito de “sistema capitalista” e é com este conceito que o autor vai explicar as características peculiares da estrutura colonial:

Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o Sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro

de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina (PRADO JR, 1966, 68)

A utilização do conceito de “Sistema do capitalismo” (com letra maiúscula) nos remete a interpretação de Bagú, anteriormente referida. Para Prado Jr., o nascente capitalismo, definido por uma fase primitiva centrada nas atividades comerciais, deve ser compreendido como um sistema caracterizado pela existência de um centro dinâmico (as metrópoles) e uma periferia dependente deste. As relações entre as duas partes do sistema são determinadas por relações imperialistas. A inclusão do conceito de Imperialismo é uma novidade teórica que só aparece neste texto e vai ter uma importância capital nas análises do autor. A visão sistêmica aqui desenvolvida pressupõe que a constituição das colônias como das metrópoles são fruto do mesmo movimento, fruto da ação do capital comercial.

Ainda assim Prado Jr. não afirma nunca que a colônia é capitalista, mas que participa, como peça fundamental do sistema capitalista mercantil. Em realidade, afirma que apenas após a abolição da escravidão que efetivamente se pode falar de uma estrutura capitalista no Brasil: “O fato é que, com a substituição definitiva e integral do trabalho escravo pelo livre, achou-se presente no Brasil o conjunto dos elementos estruturais componentes do capitalismo” (PRADO JR, 1966, 96).

Para ele efetivamente existiu um sistema “pré-capitalista” no Brasil, mas este não era feudal, pois teria como relações de produção dominantes “a escravidão que ao evoluir e se transformar vai dar em situação bem diferente daquela que a teoria ortodoxa pretende encontrar entre nós (...)” (PRADO JR, 1966, 210-1).

A conclusão a que poderíamos chegar é que Prado Jr. compreendeu que a colônia nasceu sob o signo do capitalismo comercial sem, no entanto, poder ser definida totalmente como capitalista, pois, sem a existência do trabalho livre e centrada no trabalho servil (escravo) esta definição não teria sentido, já que o sentido da colonização era dado pelo sistema, pelo todo, e não pela parte. Também não teria um modo de produção escravista colonial pelo mesmo motivo. As relações de produção escravistas (como a eles se refere o autor) são funcionais ao desenvolvimento da acumulação capitalista. Ao longo da nossa história os elementos especificamente capitalistas vão se

agregando e desenvolvendo até que a abolição enterra definitivamente a antiga estrutura colonial brasileira, O capitalismo que ai tem suas amarras quebradas, no entanto não apaga seu sentido colonial: continuamos dependentes e com uma economia voltada para atender interesses que não são os nossos.

CONCLUSÃO

Apesar de contemporâneos Bagú e Prado Jr. não dialogaram. Bagú incluiu Prado Jr, na sua bibliografia, mas não o incorporou em sua análise, Prado Jr., por sua vez, não leu Bagú. Então, por caminhos diferentes, chegaram à mesma conclusão: uma teoria sistêmica do capitalismo. Compreenderam este como um sistema globalizante, constituído por partes interconectadas em que o todo dava sentido as suas partes: centro e periferia. Não houve a tentativa de compreender o capitalismo como modo de produção, por que este simplesmente não existia no momento da “descoberta da América”. Críticos contemporâneos aos autores já salientaram a temeridade de compreender o processo de expansão colonial do século XVI como uma etapa inicial do capitalismo. Aqui a limitada leitura de Marx cobrou seu preço. O debate feudalismo-capitalismo entre intelectuais argentinos e brasileiros que se, desenrolou principalmente entre os anos 40, 50 e 60, não se beneficiaria do famoso debate Sweezy-Dobb que se tornaria acessível apenas nos anos 70 (sem falar das contribuições, muito posteriores de Robert Brenner).

BIBLIOGRAFIA.

BAGÚ, Claudio (2005) El ser y la razón: Sergio Bagú, pasión y vida ejemplar en proyección histórica, en: Problemas del desarrollo. *Revista Latinoamericana de Economía*, vol. 36, n. 143.

BAGÚ, Sérgio (1949). *Economía de la sociedad colonial*. Ensayo de Historia comparada de América Latina, Buenos Aires: El Ateneo.

_____ (1951). *Estructura social de la Colonia*. Buenos Aires: El Ateneo.

_____ (1972). *Marx-Engels: Diez conceptos fundamentales. Genesis y proyección histórica*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión.

Correspondência Caio Prado Jr. e Lívio Xavier. <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/09/Carta-para-Livio-Xavier-20-09-19332.pdf> Consultado em 2 de Junho de 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson (1989). Uma via "não-clássica" para o capitalismo. In D'Incao, (Org). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: UNESP.

GILETTA, Matías (2011). Sergio Bagú y su interpretación de la sociedad colonial latinoamericana: historia, economía y sociedad. *IX Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales*, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires.

GOMEZ, Luis (2006). Entrevista con el profesor Sergio Bagú: el periplo intelectual de un científico social latinoamericano. *La Insignia*. México, febrero.

MILLAN, Mária (1994). Sergio Bagú: Los caminos de la historiografía crítica latinoamericana. *Estudios latinoamericanos*, núm. 01. Nueva Epoca, Enero-Junio.

MORAIS João Quartim de (org.) (1998). *História do Marxismo no Brasil Vol. II Os Influxos Teóricos*, Campinas: Ed. da UNICAMP.

MORENO, Nahuel (1948) "Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa", https://www.marxists.org/espanol/moreno/obras/01_nm.htm. Consultado em 12 de setembro de 2017.

PRADO JUNIOR, Caio (1933). *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

_____ (1942). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora.

_____ (1945). *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense.

_____ (1966). *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.

REIS, José Carlos (1999). Anos 60: Caio Prado jr e a Revolução Brasileira. *Revista brasileira de História*. Vol. 19. N. 37.

RICUPERO, Bernardo. (1998) Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro. São Paulo, *Revista USP*, v. 38, jun.ago. p. 64-77, 1998.

SECCO, Lincoln (2008). *Caio Prado Junior – o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo.